


## ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



**Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA**


Processo Seletivo Simplificado 01/2026


### PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

40 questões

 5 alternativas

 Saída permitida somente após 1 hora de prova

 O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

### INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

### RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40

Para responder às questões 01 a 05, leia o texto abaixo.

### **Nova plataforma promete modernizar gestão de patrocínios públicos federais**

O Governo Federal lançou no mês de junho uma nova Plataforma de Gestão de Patrocínios Públicos Federais. A ferramenta substituirá o Sistema de Controle de Ações de Comunicação, o SISAC, utilizado há 25 anos pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, o SICOM.

A plataforma representa uma evolução na forma de analisar e acompanhar os patrocínios públicos federais. O sistema deixa de se concentrar apenas no registro operacional dos projetos — como descrição das ações e formas de exposição de marca — e passa a organizar informações qualificadas sobre os objetivos públicos de cada iniciativa.

Na prática, a ferramenta orienta a análise prévia dos projetos a partir de critérios mais objetivos, como público-alvo, alcance territorial, aderência a políticas públicas, sustentabilidade, acessibilidade, contrapartidas e impacto esperado para a sociedade. O objetivo é reduzir subjetividades, ampliar a transparência e dar mais segurança aos órgãos e entidades responsáveis pelos patrocínios.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República não possui recursos próprios para patrocínios. As decisões sobre os projetos continuam sendo de responsabilidade dos órgãos e entidades patrocinadoras, conforme sua governança própria, autonomia administrativa, legislação aplicável e regulamentos internos. A plataforma foi desenvolvida para facilitar a gestão, padronizar informações e qualificar a análise no âmbito do SICOM.

Para a secretária de Publicidade e Patrocínios, Samantha Marchiori, a nova plataforma marca uma etapa importante de modernização da gestão dos patrocínios públicos federais. “Mais do que substituir um sistema antigo, estamos estruturando uma forma mais objetiva, transparente e segura de analisar os patrocínios. A plataforma fortalece a governança, melhora a qualidade das informações e permite que os investimentos sejam avaliados a partir de sua finalidade pública e de sua contribuição para a sociedade”, afirmou.

A plataforma pretende ampliar a capacidade de análise dos projetos, com indicadores mais objetivos sobre finalidade, público alcançado, região atendida, contrapartidas previstas, relação com políticas públicas e impacto esperado para a sociedade, incluindo dimensões sociais, econômicas, culturais, esportivas, ambientais e territoriais.

Segundo a diretora do Departamento de Patrocínios, Ana Fraga, a mudança dá mais consistência à análise e mais segurança às instituições patrocinadoras. “Antes, a ferramenta tinha uma lógica mais voltada ao processo e à descrição do que seria feito. Agora, passamos

a trabalhar com objetivos mais claros: qual público será alcançado, em que região, com qual finalidade pública e com que impacto esperado para a sociedade”, destacou.

Fonte: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/06/governo-do-brasil-lanca-plataforma-para-modernizar-gestao-de-patrocínios-públicos-federais> (adaptado)

**Questão 01.** No terceiro parágrafo, afirma-se que o objetivo da nova ferramenta é **reduzir subjetividades, ampliar a transparência e dar mais segurança aos órgãos e entidades**. Sob a ótica da coerência textual, essa justificativa projeta um pressuposto sobre o sistema anterior. Diante disso, assinale a alternativa que o explica de forma CORRETA.

- (A) O SISAC era um sistema ineficiente devido à completa ausência de recursos digitais para cadastro das propostas de patrocínio das marcas privadas.
- (B) A ferramenta antiga priorizava a análise técnica das contrapartidas ambientais em detrimento do alcance territorial de cada projeto de interesse público.
- (C) Os órgãos federais patrocinadores não dispunham de regulamentos internos ou autonomia administrativa para gerir as suas verbas de comunicação e marketing.
- (D) O modelo anterior abria margem para avaliações baseadas em critérios discricionários ou pouco padronizados, gerando incertezas nos processos de decisão.
- (E) A Secretaria de Comunicação Social centralizava e detinha a decisão final de patrocínio sobre todas as propostas cadastradas no antigo sistema.

**Questão 02.** No quarto parágrafo do texto, lê-se: **As decisões sobre os projetos continuam sendo de responsabilidade dos órgãos e entidades patrocinadoras, conforme sua governança própria....** O pronome possessivo sublinhado desempenha um papel coesivo de natureza:

- (A) Catafórica, antecipando os regulamentos internos e a autonomia administrativa que serão detalhados na sequência do período.
- (B) Dêitica espacial, localizando as decisões administrativas no âmbito físico da Secretaria de Comunicação Social da Presidência.
- (C) Anafórica, retomando de forma distributiva e harmônica os núcleos nominais compostos **órgãos e entidades patrocinadoras**.
- (D) Exofórica, fazendo referência a um elemento implícito externo ao texto, representado pelas empresas privadas que buscam patrocínio.
- (E) Deontica, estabelecendo uma obrigação legal de subordinação dos órgãos públicos às determinações de cadastro do SICOM.

**Questão 03.** No quarto parágrafo, encontra-se a seguinte construção na voz passiva analítica: **A plataforma foi desenvolvida para facilitar a gestão.** Considerando isso, assinale a alternativa que apresenta a transposição CORRETA desse trecho para a voz ativa, preservando o tempo verbal e as regras de concordância da norma-padrão.

- (A) Desenvolve-se a plataforma com o propósito de facilitar a gestão.
- (B) Têm desenvolvido a plataforma a fim de que facilite a gestão.
- (C) Desenvolver-se-ia a plataforma para que se facilitasse a gestão.
- (D) Estava sendo desenvolvida a plataforma visando a facilitar a gestão.
- (E) Desenvolveram a plataforma para facilitar a gestão.

**Questão 04.** No segundo parágrafo, emprega-se um par de travessões: **O sistema deixa de se concentrar apenas no registro operacional dos projetos — como descrição das ações e formas de exposição de marca — e passa a organizar....** Sob a perspectiva das regras de pontuação e de seus efeitos de sentido, os travessões foram utilizados para:

- (A) Indicar a mudança de interlocutor em um diálogo implícito travado entre a diretora do Departamento e a secretária de Publicidade.
- (B) Isolar uma oração subordinada adjetiva restritiva responsável por limitar o alcance dos patrocínios federais geridos pelo SICOM.
- (C) Introduzir uma explicação exemplificativa de caráter acessório, podendo ser substituídos por parênteses ou vírgulas sem prejuízo para a correção gramatical.
- (D) Marcar uma quebra sintática (anacoluto) provocada pela introdução de termos que não mantêm relação de dependência com a oração principal.
- (E) Assinalar o discurso direto das patrocinadoras públicas federais, conferindo maior impessoalidade à matéria de caráter informativo.

**Questão 05.** No fragmento **Na prática, a ferramenta orienta a análise prévia dos projetos a partir de critérios mais objetivos, como público-alvo, alcance territorial, aderência a políticas públicas...**, as palavras sublinhadas desempenham, CORRETA e respectivamente, o papel de:

- (A) Conjunção comparativa de igualdade; preposição acentuada por indicar crase antes de substantivo feminino determinado.
- (B) Preposição essencial; artigo definido feminino plural que concorda com o substantivo **políticas**.
- (C) Conectivo de valor exemplificativo; preposição simples exigida pela regência nominal do substantivo **aderência**.
- (D) Advérbio de modo de caráter intensificador; conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (E) Pronome relativo anafórico; pronome demonstrativo neutro indicativo de distância espacial.

**Questão 06.** Para disponibilizar o sistema de gerenciamento de processos eletrônicos aos municípios, uma associação pública cobra uma taxa de adesão que varia conforme o tipo de entidade atendida. No primeiro lote de contratos, três Prefeituras e quatro Câmaras Municipais aderiram ao plano, gerando uma receita total de R\$ 25.000,00. No lote subsequente, cinco Prefeituras e duas Câmaras de mesmo porte formalizaram a adesão, totalizando R\$ 23.000,00. Diante disso, determine o valor individual, em reais, da taxa de adesão cobrada exclusivamente de cada Prefeitura e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 2.500,00.
- (C) R\$ 3.000,00.
- (D) R\$ 3.500,00.
- (E) R\$ 4.000,00.

**Questão 07.** Durante o planejamento da infraestrutura de rede para o novo escritório de suporte tecnológico do consórcio, os engenheiros delimitaram uma área de servidores em formato de triângulo retângulo. A medição no local revelou que o maior cabo de fibra óptica estruturado em linha reta, correspondente à hipotenusa do triângulo, mede exatamente 25 metros de comprimento linear, e um dos eixos de canaletas mede exatamente 15 metros. Diante disso, calcule a área total de piso ocupada por essa sala técnica específica e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 120 m<sup>2</sup>.
- (B) 150 m<sup>2</sup>.
- (C) 180 m<sup>2</sup>.
- (D) 200 m<sup>2</sup>.
- (E) 300 m<sup>2</sup>.

**Questão 08.** Com o objetivo de financiar a modernização e a transformação digital dos serviços de trezentos e cinquenta municípios consorciados, uma entidade captou um recurso inicial no valor de R\$ 10.000,00 com uma agência de fomento internacional. O contrato firmado estipula que o pagamento do montante acumulado será efetuado em parcela única após um período de exatamente dois anos, sob o regime de juros compostos a uma taxa fixa de dez por cento ao ano. Diante disso, calcule o valor final, em reais, a ser restituído à instituição ao final do prazo e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) R\$ 12.100,00.
- (B) R\$ 11.000,00.
- (C) R\$ 12.500,00.
- (D) R\$ 11.900,00.
- (E) R\$ 12.250,00.

**Questão 09.** Uma instituição de inovação realizou um treinamento remoto de capacitação em gestão tributária e nota fiscal eletrônica. Três turmas participaram da avaliação prática final. A primeira turma continha dois servidores e obteve nota média igual a sete; a segunda turma contava com três servidores e registrou nota média igual a oito; a terceira turma era composta por cinco servidores e atingiu média seis. Diante disso, determine a nota média final ponderada geral de todos os servidores capacitados nesse evento de aperfeiçoamento profissional da gestão pública e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 6,2.
- (B) 6,5.
- (C) 7,0.
- (D) 6,8.
- (E) 7,2.

**Questão 10.** Durante a implementação gradual da plataforma corporativa de transparência fiscal nos municípios associados, a equipe técnica do consórcio seguiu um cronograma linear. No primeiro mês de trabalho prático, foram finalizadas as implantações em três cidades. A partir de então, a cada mês subsequente de esforço concentrado, o grupo conseguiu aumentar de maneira constante a quantidade de implantações em exatamente quatro novos municípios. Diante disso, determine o número exato de cidades que receberão o sistema especificamente no décimo mês desse projeto e assinale a alternativa com a resposta CORRETA.

- (A) 43.
- (B) 35.
- (C) 40.
- (D) 36.
- (E) 39.

**UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS**

## ATUALIDADES

**Questão 11.** Os levantamentos demográficos do IBGE também mapeiam as tendências culturais e de registro civil de cada unidade federativa. Em Santa Catarina, de acordo com o IBGE, quais são, CORRETA e respectivamente, o nome masculino, o nome feminino e o sobrenome MAIS populares da população?

- (A) Pedro, Ana e Souza.
- (B) José, Maria e Santos.
- (C) João, Maria e Silva.
- (D) Antônio, Francisca e Oliveira.
- (E) João, Ana e Silva.

**Questão 12.** A gestão e o ordenamento do território catarinense envolvem a divisão política de seus municípios e o mapeamento das áreas urbanizadas. Com base nos dados oficiais do IBGE, quantos municípios compõem o estado de Santa Catarina e qual era a sua extensão de área urbanizada registrada no ano de 2019?

- (A) 293 municípios e 3.167,00 km<sup>2</sup>.
- (B) 295 municípios e 95.736,1 km<sup>2</sup>.
- (C) 305 municípios e 2.530,00 km<sup>2</sup>.
- (D) 295 municípios e 2.530,00 km<sup>2</sup>.
- (E) 293 municípios e 1.059,00 km<sup>2</sup>.

**Questão 13.** No âmbito da segurança digital, a Polícia Federal alerta constantemente os cidadãos sobre táticas utilizadas por criminosos para enganar usuários. Diante disso, qual termo técnico designa a criação de páginas e mensagens falsas que imitam serviços populares (como emissão de passaportes ou entrega de encomendas) com o objetivo específico de roubar dados confidenciais?

- (A) DDoS.
- (B) Ransomware.
- (C) Malware.
- (D) Phishing.
- (E) Trojan.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 14.** Considerando os aspectos gerais da redação oficial, especialmente quanto aos atributos arrolados no Manual de Redação da Presidência da República, analise a construção do seguinte período:

*O ofício era expedido para e pelas demais autoridades; o memorando, entre unidades administrativas de um mesmo órgão.*

Avaliando a estrutura da segunda oração, é CORRETO afirmar que o mecanismo gramatical empregado para assegurar a coesão e a coerência por meio da omissão de um termo recuperável pelo contexto é a:

- (A) Anáfora.
- (B) Perífrase.
- (C) Elipse.
- (D) Silepse.
- (E) Apódose.

**Questão 15.** Um Assistente Administrativo redigiu um ofício, em nome da diretoria executiva de um consórcio, com o objetivo de solicitar uma agenda técnica com um Ministro de Estado para firmar um termo de cooperação mútua. Ao estruturar o documento, o servidor preencheu o campo do endereçamento com as seguintes informações:

A Sua Excelência  
Paulo Henrique Rodrigues Pereira  
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte  
Esplanada dos Ministérios Bloco J  
70053-900 Brasília/DF

Considerando as disposições do Manual de Redação da Presidência da República, o trecho acima apresenta equívoco no(a):

- (A) Pronome de tratamento.
- (B) Vocativo.
- (C) Fecho.
- (D) Localidade/logradouro do destinatário.
- (E) CEP e cidade/unidade da federação.

**Questão 16.** O Assistente Administrativo Fulano da Silva foi incumbido de redigir um ofício destinado à diretoria executiva de um consórcio, e, ao finalizar o documento, estruturou o bloco correspondente à identificação do signatário conforme prescrito pelo Manual de Redação da Presidência da República, de modo que ele grafou CORRETAMENTE na alternativa:

(A)

\_\_\_\_\_  
**FULANO DA SILVA**  
**Assistente Administrativo**

(B)

(Espaço para assinatura)  
**Fulano da Silva**  
**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

(C)

.....  
**FULANO DA SILVA**  
**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

(D)

(Espaço para assinatura)  
**FULANO DA SILVA**  
Assistente Administrativo

(E)

\_\_\_\_\_  
**Fulano da Silva**  
*Assistente Administrativo*

**Questão 17.** Ao realizar, excepcionalmente, uma contratação presencial, o setor de Compras de um consórcio público recebeu a documentação dos licitantes entregue em envelopes de correspondência. Durante a autuação e a instrução física do certame, o Assistente Administrativo responsável incluiu os envelopes vazios como peças integrantes e numeradas do processo, sob a justificativa de comprovar a origem externa do material. À luz da teoria sobre classificação, registro, tramitação, organização e arquivamento de documentos, essa prática adotada pelo Assistente Administrativo é considerada INCORRETA. Em vez disso, deve-se:

- (A) Arquivar as capas em uma pasta intermediária apartada até a homologação final do certame licitatório presencial.
- (B) Colar os invólucros, mantendo-os abertos, o que garante a leitura das faces externa e interna pelos órgãos de controle.
- (C) Descartar os envelopes após anotar as informações referentes ao endereço do remetente no verso do documento recebido.
- (D) Digitalizar a face externa das embalagens para o sistema de trâmite eletrônico e enviar os originais à fragmentação.
- (E) Juntar os invólucros ao final do volume do processo, sem numerá-los, para preservar a comprovação dos lacres físicos.

**Questão 18.** A teoria arquivística preconiza que a gestão de documentos se divide em fases distintas e complementares ao longo do seu ciclo vital, de modo que as atividades normatizadas de recebimento e classificação, associadas às tarefas contínuas de registro e movimentação, constituem funções coordenadas por um setor específico e inseridas em um tipo de arquivo determinado, que são:

- (A) Setor de expedição e arquivo intermediário.
- (B) Setor de triagem e arquivo permanente.
- (C) Setor de empréstimo e arquivo setorial.
- (D) Setor de protocolo e arquivo corrente.
- (E) Setor de consulta e arquivo histórico.

**Questão 19.** No almoxarifado central de uma entidade pública, um expressivo lote de resmas de papel A4 foi recebido para consumo. Visando à posterior individualização do item no sistema informatizado, um Assistente Administrativo realizou, de início, a descrição técnica detalhada das suas propriedades. Na etapa seguinte, para representá-lo de forma unívoca no banco de dados, vinculou ao produto uma numeração exclusiva. Por fim, ao configurar os parâmetros locais de controle, determinou que o escoamento desses insumos priorizaria os lotes estocados há mais tempo, reduzindo o risco de obsolescência. Diante da rotina executada pelo servidor, assinale a alternativa que apresenta, CORRETA e respectivamente, os conceitos que denominam a descrição técnica, a atribuição numérica e o método de saída dos materiais.

- (A) Catalogação; padronização; e UEPS.
- (B) Simplificação; codificação; e custo médio.
- (C) Catalogação; normalização; e LIFO.
- (D) Simplificação; padronização; e custo médio.
- (E) Especificação; codificação; e PEPS.

**Questão 20.** Considere que, para gerenciar o estoque de toners da sua sede administrativa, determinado consórcio público adota o Sistema de Reposição Contínua. Considere, também, que o Assistente Administrativo responsável pelo controle observou que o saldo físico desse item atingiu o nível crítico de alerta. Assim, sabendo que o tempo de reposição (envolvendo os trâmites do pregão eletrônico e o prazo de entrega do fornecedor) é de 45 dias corridos e que a instituição trabalha com um estoque de segurança para evitar o desabastecimento, o procedimento CORRETO a ser adotado pelo servidor para iniciar o processo de aquisição oficial consiste em:

- (A) Aguardar que o estoque de toners chegue a zero para disparar o pedido pelo método de produção puxada do *Just-in-Time*.
- (B) Emitir a requisição de compras imediatamente, visto que o estoque atingiu o ponto de pedido calculado para o item.
- (C) Aguardar o término do intervalo de tempo fixo estipulado no modelo de suprimento periódico para pedir o lote máximo.
- (D) Suspender o controle quantitativo até a abertura da fase externa da licitação para evitar a imobilização de capital.
- (E) Acionar o fornecedor para entrega imediata via ordem de fornecimento antes da abertura de crédito orçamentário.

**Questão 21.** O setor de Protocolo de um consórcio público recebeu uma correspondência oficial lacrada, remetida pelo Ministério Público e nominalmente endereçada ao Diretor-Geral da entidade. Ao realizar a triagem visual externa da embalagem, o Assistente Administrativo responsável identificou que o documento possuía cunho particular e pessoal, tratando de assunto alheio às competências institucionais do consórcio. Diante das rotinas padronizadas de recebimento e cadastro de documentos, o servidor deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) Abrir o envelope, registrar o resumo do assunto no sistema de trâmite e encaminhar os autos físicos digitalizados para o destinatário.
- (B) Abster-se de abrir a correspondência, registrando apenas os dados do cabeçalho externo no protocolo antes de entregá-la ao destinatário.
- (C) Recusar o recebimento do documento na triagem, carimbando a embalagem como inválida devido à falta de interesse público do objeto.
- (D) Romper o lacre para classificar o grau de sigilo interno e reter a guia de remessa até que o Diretor-Geral assine o termo de ciência.
- (E) Encaminhar o pacote fechado diretamente ao arquivo permanente, efetuando o tombamento histórico por se tratar de órgão público.

**Questão 22.** Considere que em determinado consórcio público:

- I. As pastas funcionais de seus servidores ativos são guardadas na própria sala do Setor de Recursos Humanos – RH devido à necessidade de consulta imediata no dia a dia.
- II. Já os documentos cuja frequência de busca é esporádica permanecem guardados em uma sala anexa, aguardando o cumprimento dos prazos de descarte ou destinação final.
- III. E as atas de reuniões e os primeiros balancetes da entidade são preservados em uma sala climatizada devido ao seu valor histórico definitivo.

Assim, no que se refere à classificação dos arquivos quanto aos estágios de evolução, é CORRETO afirmar que os itens I, II e III constituem, CORRETA e respectivamente, os arquivos:

- (A) Sigiloso, restrito e ostensivo.
- (B) Técnico, especial e especializado.
- (C) Setorial, geral e central.
- (D) Pessoal, público e institucional.
- (E) Corrente, intermediário e permanente.

**Questão 23.** Suponha que, no almoxarifado de um consórcio público, um Assistente Administrativo recebeu a missão de reorganizar o arranjo físico dos produtos de limpeza e manutenção, e que o espaço abriga galões pesados de solventes químicos inflamáveis, caixas de papel toalha e fardos de desinfetante comum. Então, preocupado com a integridade dos demais servidores e com a preservação do patrimônio contra incêndios ou desabastecimentos, ele planejou a disposição física dos materiais. Considerando os critérios técnicos de segurança e as práticas de movimentação e armazenagem, afirma-se CORRETAMENTE que o planejamento estabelecido pelo Assistente Administrativo deve prescrever que:

- (A) Os solventes perigosos exijam armazenagem complexa e isolada do papel toalha por compatibilidade, com os galões pesados no solo.
- (B) O aproveitamento do espaço vertical determine o empilhamento dos galões inflamáveis nas prateleiras mais altas do almoxarifado.
- (C) A alta rotatividade do solvente químico justifique sua guarda por frequência junto à porta de entrada e o fluxo principal da sede.
- (D) A estocagem conjunta de inflamáveis e fardos de papel toalha seja recomendada na mesma pilha para otimizar o uso de paletes.
- (E) Os fardos de desinfetante fiquem suspensos e os galões químicos pesados ocupem as estruturas aéreas para facilitar a limpeza.

**Questão 24.** Suponha que um Assistente Administrativo que coordena a distribuição de materiais em um consórcio público:

- I. Planejou a distribuição semanal agrupando as entregas por proximidade geográfica, impedindo trajetos redundantes.
- II. Estabeleceu que o envio dos equipamentos de TI só ocorreria sob demanda dos setores.
- III. Estabeleceu que os materiais de copa, cujo consumo mensal segue um padrão previsível, seriam remetidos compulsoriamente via cotas fixas estabelecidas.

Considerando o que dispõe a teoria de gestão de materiais, especialmente quanto à logística e às rotinas de reposição, os itens I, II e III dizem respeito, CORRETA e respectivamente, ao:

- (A) Princípio da mínima distância; sistema de requisição; sistema de pressão.
- (B) Princípio da máxima manipulação; sistema de pressão; sistema de requisição.
- (C) Princípio da mínima distância; sistema de pressão; sistema de requisição.
- (D) Princípio da máxima manipulação; sistema de requisição; sistema de pressão.
- (E) Princípio da obsolescência mecânica; sistema de pressão; sistema de pressão.

**Questão 25.** Suponha que o Setor de Licitações de um consórcio público intermunicipal tenha elaborado diretamente o Termo de Referência para a contratação de um novo sistema integrado de gestão contábil, para as Prefeituras consorciadas, sem antes redigir o Estudo Técnico Preliminar. Diante da constatação da falha no rito e da sugestão da equipe para confeccionar o documento com data atualizada e juntá-lo retroativamente aos autos, o Agente de Contratação responsável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, deve rejeitar a medida e indicar que a elaboração posterior do Estudo Técnico Preliminar afronta a legalidade administrativa porque:

- (A) A confecção concomitante ou posterior só é válida caso a futura intervenção envolva serviços de tecnologia de baixa complexidade.
- (B) A juntada intempestiva reduz o estudo a um mero ato formal, subvertendo a lógica da identificação da melhor solução tecnológica.
- (C) O documento tornou-se facultativo na contratação de *softwares* e sistemas de gestão que possuam termos de referência prontos.
- (D) A convalidação de vícios da fase preparatória exige chancela do gestor do consórcio público antes da divulgação do edital.
- (E) A demonstração da viabilidade econômica e o rateio entre as prefeituras podem ser postergados até a homologação da disputa.

**Questão 26.** Quando faltavam apenas três meses para o encerramento do prazo de vigência de uma Ata de Registro de Preços voltada à aquisição de materiais de expediente, gerida sob o manto regulatório da Lei nº 14.133/2021, a Administração constatou o consumo de 100% dos quantitativos inicialmente registrados. Motivada pela necessidade premente e contínua desses insumos, a equipe de compras sugeriu prorrogar a validade desse instrumento por mais doze meses concomitante à recomposição integral do saldo originário, proposição que, juridicamente, deve ser indeferida porque:

- (A) A extinção do objeto registrado acarreta a caducidade imediata do prazo, vedada qualquer dilação temporal.
- (B) O aditivo de acréscimo em atas limita-se ao patamar linear de até 25% por aplicação analógica dos contratos.
- (C) A dilação temporal em registro de preços exige a abertura prévia de nova licitação para os itens remanescentes.
- (D) A recomposição quantitativa de itens esgotados depende exclusivamente de anuência firmada pelo beneficiário.
- (E) A prorrogação da ata estende apenas o seu prazo de validade, sendo proibida a renovação de saldos já exauridos.

**Questão 27.** A comissão de contratação de determinado consórcio público, durante a fase de habilitação de um certame processado sob as regras da Lei nº 14.133/2021, constatou que o sócio e responsável técnico da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa é servidor estatutário do próprio órgão licitante. Sabendo-se, contudo, que ele desempenha suas funções no Departamento X (sem qualquer ingerência na elaboração do edital, no Departamento Y requisitante ou na futura fiscalização contratual), a conduta CORRETA a ser adotada pela comissão quanto à condução do procedimento é:

- (A) Suspender o certame até que o servidor se licencie de suas funções técnico-administrativas no Departamento X, convalidando-se a participação após o afastamento.
- (B) Desclassificar a proposta de preços do laboratório, visto que o regime estatutário do sócio acarreta a presunção de inexequibilidade do valor ofertado.
- (C) Inabilitar a empresa, pois o vínculo funcional do sócio com o órgão licitante gera vedação absoluta de participação, configurando presunção objetiva de conflito de interesses.
- (D) Franquear a contratação sob a condição restritiva de que o objeto seja executado fora da jornada regular de trabalho do referido servidor no órgão.
- (E) Admitir a habilitação do licitante, visto que o vínculo do sócio se restringe a departamento distinto e sem poder de decisão no certame, o que afasta a violação à impessoalidade.

**Questão 28.** Buscando suprir a alta demanda dos municípios consorciados por suporte técnico local, um consórcio público tabelou honorários para firmar contrato com todas as empresas de TI interessadas, cabendo a cada município escolher por qual parceira será atendido. Sob a Lei Federal nº 14.133/2021, esse chamamento público, pautado pela ausência de disputa de preços, configura:

- (A) Caso de dispensa de licitação.
- (B) Caso de licitação da modalidade diálogo competitivo.
- (C) Caso de licitação na modalidade pregão, sob o sistema de registro de preços.
- (D) Caso de inexigibilidade de licitação.
- (E) Caso de realização de procedimento de manifestação de interesse.

**Questão 29.** Em uma sessão de conferência da documentação apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar em uma licitação processada sob o regime da Lei nº 14.133/2021, a comissão de contratação deparou-se com uma certidão de acervo técnico emitida somente em nome de um de seus sócios (pessoa física), comprovando que ele atuou com excelência como diretor em projetos de grande porte. Constatada, todavia, a ausência de atestados de aptidão emitidos especificamente em nome da própria pessoa jurídica licitante, a decisão CORRETA perante essa ocorrência é:

- (A) Admitir o documento do sócio, desde que ele firme um termo de responsabilidade civil e solidária pela execução.
- (B) Admitir a certidão profissional por força do princípio da competitividade, dispensada a comprovação da empresa.
- (C) Rejeitar a proposta por vício formal insanável, vedada a abertura de diligências para anexação de novos papéis.
- (D) Admitir a substituição de atestados operacionais por profissionais, por se tratar de empresa com menos de um ano.
- (E) Rejeitar a habilitação técnica, pois a aptidão da pessoa jurídica não se confunde com a experiência de seus sócios.

**Questão 30.** No curso da execução de um contrato de prestação de serviços de natureza contínua, firmado por um órgão submetido ao regime da Lei nº 14.133/2021, uma reestruturação contábil interna decorrente da virada do exercício financeiro alterou a dotação orçamentária vinculada ao contrato para outra rubrica. Sabendo-se que essa modificação contábil não gerou qualquer alteração de objeto, de valor, de prazo ou das obrigações recíprocas das partes, a formalização adequada dessa alteração deve ocorrer por meio de:

- (A) Apostilamento simples.
- (B) Termo aditivo bilateral.
- (C) Publicação de extrato de retificação no diário oficial.
- (D) Averbação em cartório de notas.
- (E) Inscrição em restos a pagar.

**Questão 31.** Visando à otimização de soluções tecnológicas em âmbito regional, três municípios limítrofes decidiram constituir um consórcio público dotado de personalidade jurídica de direito privado. Diante desse cenário, no que tange ao pessoal a ser recrutado por essa entidade para a consecução de suas atividades, qual regime jurídico deverá ser obrigatoriamente adotado?

- (A) Estatuto dos Servidores Públicos do Município sede.
- (B) Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) Código Civil.
- (D) Regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- (E) Contrato temporário por prazo determinado.

**Questão 32.** Buscando modernizar a administração pública local, Prefeitos de uma mesma região assinaram um protocolo de intenções para a criação de um consórcio público de tecnologia. Acreditando que a mera assinatura do documento já conferia personalidade jurídica à entidade, autorizaram a imediata aquisição de, dentre outras coisas, servidores de rede. Contudo, uma das Procuradorias Jurídicas recomendou a interrupção das aquisições de bens, esclarecendo que o instrumento preliminar assinado pelos Prefeitos apenas se converterá em contrato de consórcio público após a:

- (A) Homologação judicial pelo respectivo Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Publicação de portaria interministerial do governo federal.
- (C) Autorização via referendo popular.
- (D) Regulamentação por decreto executivo.
- (E) Ratificação mediante lei dos entes consorciados.

**Questão 33.** Para suprir o pagamento emergencial dos salários de agentes públicos da sede administrativa de um consórcio público intermunicipal, cuja conta corrente se encontrava sem fundos, os Municípios consorciados realizaram transferências financeiras diretas via PIX para a referida entidade. Todavia, ao analisar as contas, o Tribunal de Contas do Estado apontou que os repasses ocorreram desprovidos de amparo instrumental formal específico voltado à divisão desses custos operacionais comuns. À luz do regramento contido na Lei Federal nº 11.107/2005, qual instrumento formal obrigatório deveria ter respaldado previamente essa transferência de recursos públicos?

- (A) Termo de parceria.
- (B) Contrato de gestão.
- (C) Contrato de rateio.
- (D) Acordo de cooperação técnica.
- (E) Termo de fomento.

**Questão 34.** Planejando a contratação direta de uma empresa para desenvolver um módulo de segurança cibernética para os municípios consorciados, um consórcio público intermunicipal, submetido à Lei nº 14.133/2021, deparou-se com uma exigência: a liberação antecipada de 30% do valor para custear licenças de *softwares* estrangeiros essenciais ao projeto. Sabendo-se que o fornecedor condicionou a prestação à satisfação dessa exigência, sob pena de não realização do serviço, o Agente de Contratação responsável deve orientar que:

- (A) Não seja liberada a quantia, haja vista que a antecipação de pagamentos é vedada de forma absoluta na nova lei de licitações.
- (B) Seja realizado o adiantamento, pois despesas tecnológicas possuem natureza discricionária e dispensam aval formal do órgão.
- (C) A liberação seja condicionada à prévia justificativa no processo e à previsão expressa no instrumento formal de contratação.
- (D) Seja autorizada a antecipação financeira sob a premissa legal de exigência compulsória de garantia real no valor de 100%.
- (E) Não seja realizada a transação pecuniária, porquanto adiantamentos contratuais limitam-se legalmente ao patamar de até 10%.

**Questão 35.** Enquanto transcorria a execução regular de um contrato voltado à instalação de estruturas metálicas e gerido sob as regras da Lei nº 14.133/2021, a equipe de fiscalização constatou que, devido a uma omissão no projeto básico original, o instrumento deixou de prever um item indispensável à perfeita execução do objeto. Com o propósito de sanar a falha técnica por meio da inclusão do item totalmente novo, a Administração planejou realizar uma modificação qualitativa unilateral que elevará o valor do contrato em 28% em relação ao montante inicial atualizado, intenção que, de acordo com as normas de regência, deve ser declarada:

- (A) Viável, haja vista que as alterações qualitativas do contrato possuem limite financeiro diferenciado de até 50%.
- (B) Inviável, visto que falhas ou erros imputáveis ao próprio órgão limitam o aditivo unilateral ao teto rígido de 10%.
- (C) Viável, pois modificações destinadas exclusivamente a corrigir falhas de projeto não sofrem limite de valor.
- (D) Inviável, dado que o limite legal de acréscimo para alterações impostas unilateralmente é de até 25%.
- (E) Viável, contanto que a empresa contratada assine previamente um termo de concordância com o novo montante.

**Questão 36.** Incapaz de honrar suas obrigações financeiras, um consórcio intermunicipal teve a extinção de seu contrato aprovada por unanimidade dos prefeitos em assembleia geral. Subsequente a essa deliberação, o secretário-executivo demitiu os funcionários e encerrou as atividades da entidade, amparando-se apenas na referida ata. O Tribunal de Contas do Estado, contudo, reprovou o procedimento e multou o gestor. À luz da Lei Federal nº 11.107/2005, a validade jurídica da extinção desse consórcio público depende de qual requisito essencial?

- (A) Ratificação mediante lei por todos os entes consorciados.
- (B) Publicação da ata no diário oficial do respectivo Estado.
- (C) Homologação expressa por decreto do Governador.
- (D) Auditoria operacional prévia realizada pelo respectivo Estado.
- (E) Chancela terminativa proferida por um juiz civil da comarca.

**Questão 37.** Inconformado com os rumos administrativos adotados pela diretoria, determinado Município decidiu retirar-se formalmente do consórcio intermunicipal do qual fazia parte. Consolidada essa saída mediante ato competente, o Prefeito exigiu a devolução imediata de alguns equipamentos que a Prefeitura havia destinado à entidade na época de sua fundação. Contudo, ao analisar os documentos, constatou-se que o contrato de consórcio e o instrumento de transferência eram omissos quanto à reversão desse patrimônio. Diante desse cenário e das regras da Lei Federal nº 11.107/2005, afirma-se CORRETAMENTE que:

- (A) O patrimônio deve ser devolvido em até trinta dias, já que a saída encerra automaticamente o vínculo patrimonial.
- (B) A prefeitura tem direito à restituição, desde que pague previamente a depreciação calculada do maquinário.
- (C) Os equipamentos deverão ser leiloados, com o valor arrecadado sendo partilhado entre os entes consorciados.
- (D) Os bens permanecerão com o consórcio, pois a reversão exige expressa previsão no contrato ou na transferência.
- (E) O patrimônio deve ser restituído imediatamente, pois a propriedade original do município não sofre confisco.

**Questão 38.** Na condução de um processo administrativo para compra de materiais de escritório por dispensa de licitação, os agentes de contratação de um consórcio público formado por três Municípios notaram que o valor estimado superava o teto nacional padrão. Apesar disso, o agente responsável pelo processo lembrou aos demais que a legislação lhes garante uma margem financeira diferenciada. De acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005, qual limite de valor deve ser aplicado para essa dispensa de licitação?

- (A) O triplo do valor limite estabelecido para as autarquias.
- (B) O dobro do valor limite fixado nas normas gerais de licitação.
- (C) O limite nacional padrão reajustado mensalmente pela variação do IPCA.
- (D) Qualquer valor, ficando a contratação livre de tetos monetários.
- (E) O teto regional determinado por decreto do Governador do Estado.

**Questão 39.** Inadimplente há meses com suas obrigações financeiras, determinado Município deixou de consignar em sua lei orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas do contrato de rateio. Diante da asfixia financeira provocada pelo ente faltoso, a direção do consórcio decidiu pela sua exclusão definitiva. No entanto, para que essa penalidade máxima seja aplicada de forma legal e válida, à luz da Lei Federal nº 11.107/2005, qual medida deve ocorrer obrigatoriamente antes da referida exclusão do consórcio?

- (A) A aprovação unânime de lei pela Câmara de Vereadores do respectivo município.
- (B) O bloqueio imediato e integral das contas bancárias do ente faltoso por ordem judicial.
- (C) A intervenção estadual direta no município para garantir a quitação dos débitos em atraso.
- (D) A aplicação de sanção pecuniária equivalente ao dobro do valor estipulado no rateio.
- (E) A suspensão prévia do ente consorciado que não garantiu o suporte financeiro exigido.

**Questão 40.** No que diz respeito às normas de gestão fiscal aplicáveis à cooperação interfederativa, a Lei Federal nº 11.107/2005 prevê mecanismos específicos para evitar o endividamento dos associados. Considerando esse regramento, para fins de apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do consórcio público:

- (A) São somadas integralmente à folha de pagamento do município que abriga a sede física da entidade.
- (B) São divididas de forma igualitária entre todos os entes, ignorando-se o contrato de rateio.
- (C) São apuradas proporcionalmente à cota de participação de cada ente fixada no contrato de rateio.
- (D) São triplicadas para fins de apuração contábil e fiscal do limite prudencial do Estado membro.
- (E) São excluídas do cômputo, sendo vedado o seu registro nos limites de gastos dos entes consorciados.